

Collor anuncia medidas que desregulam a economia

BRASÍLIA — O Governo anunciou ontem o fim do cartel das transportadoras de combustível, abrindo o setor à livre concorrência. Com essa medida, que consta de um pacote de 22 atos visando a desregular a economia, o Presidente Collor abriu caminho para a liberalização dos preços ao consumidor dos combustíveis e derivados de petróleo, que o Governo espera anunciar nos próximos 30 dias.

O transporte de combustíveis e derivados de petróleo era privilégio de um grupo de empresas relacionadas num cadastro nacional do extinto Conselho Nacional do Petróleo. Agora, toda empresa em condições de operar no setor poderá habilitar-se.

Outro cartel desmontado é o das refinadoras de óleo. O mesmo sistema de seleção prévia que vigorava para o transporte de combustíveis, também adotado para projetos de aproveitamento e re-refino de óleos lubrificantes usados, foi extinto, liberando a entrada de outras empresas no mercado.

Saiu também do Departamento de Telecomunicações (Dentel) a fiscalização das programações das emissoras de rádio e TV, medida meramente burocrática, pois fora já transferida para o Ministério da Justiça. Segundo o Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, a decisão redu-



Foto de Luiz Antonio

Cabrera, Zélia, Collor e Ozires, durante a solenidade no Palácio do Planalto

zirá os custos do Dentel.

Ainda no setor de comunicações, o Governo acabou com a exigência de exame prévio para programas em língua estrangeira. Mas uma providência aguardada foi adiada por 30 dias: a permissão para que as emissoras educativas veiculem publicidade em suas programações.

Ficou decidido, também, que rádio e TV poderão veicular os comerciais sem limitação de horário. A portaria 55, que estabelecia restrições, como o limite de 15 minutos de propaganda para cada hora e o máximo de 3 minutos por intervalo comercial, foi revogada. Mas fica a restrição ao tempo de veiculação dos comerciais nas

emissoras: eles não podem exceder 25% do total da programação.

— Agora as empresas podem distribuir os 25% de publicidade nos horários de maior interesse comercial — explicou o Diretor do Departamento Nacional de Fiscalização das Comunicações, Mário César Degrazia Barbosa.

Para Ozires, as medidas fortalecem a iniciativa privada, reduzem a interferência do Estado na vida do cidadão e aumentam a eficiência, diminuindo os custos.

Na área do Ministério da Agricultura, foi eliminada a exigência de renovação a cada cinco anos de registros e licenças para produtos de alimentação animal.

Para o Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, isso facilitará o trabalho da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, transferindo para a fiscalização cerca de 500 funcionários do Ministério que tinham "função burocrática e inútil". Só no setor de alimentos de origem animal, 23.300 produtos tinham as licenças renovadas periodicamente.

Apesar da expectativa, só a imprensa oficial teve acesso ao anúncio na cerimônia realizada no Palácio do Planalto, com a participação da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e dos Ministros Ozires e Cabrera.